

O vestibular como mecanismo de seleção para o acesso ao ensino superior: um estudo na Escola Nacional de Agronomia (ENA) da Universidade Rural do Brasil (URB), na década de 1960

The vestibular as a selective mechanisms to higher education: A study in the National School of Agronomy (ENA) of the Rural University of Brasil (URB) in the 1960

ANA LÚCIA DA COSTA SILVEIRA*



RESUMO – Essa pesquisa analisou o exame de ingresso para Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, na década de 1960, com o objetivo de verificar sua adequação como mecanismo de seleção para o acesso ao ensino superior. Baseou-se em conceitos de Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro Mendes sobre a universidade. A partir da leitura das atas do Conselho Universitário e da realização de entrevistas semi-estruturadas, concluiu-se que a URB se aproximava, em muitos aspectos, do modelo de universidade idealizado pelos autores citados, e que os seus vestibulares foram adequados para selecionar candidatos para a ENA.

Descritores – Vestibular; Universidade; mecanismo de seleção; história da educação.

ABSTRACT – This research analysed the entrance examination (vestibular) to the School of Agronomy in the Rural University of Brazil during the 1960's, with the purpose of verifying if it was a good mechanism to select University students. The analysis were based on the work of two educators, Anísio Teixeira and Durmeval Trigueiro Mendes. The methodology involved information obtained through interviews and minutes of the University Council meetings. The study lead to the conclusions: the School of Agronomy was an institution similar to the Universities idealized by these educators and the vestibular examination in this school was an adequate mechanism to select its students.

Key words – Application (Vestibular); University; selective mechanism; education history.

INTRODUÇÃO

Por ser essa uma pesquisa ligada à educação, é imprescindível que se esclareça, de antemão, que a visão de educação escolhida para embasar as presentes reflexões foi a que define esse campo do conhecimento como sendo um processo de formação de critérios que possibilitem analisar, julgar, optar e construir o mundo de modo criativo e independente. A educação deve promover uma mudança na maneira de ser do educando. Uma mudança nas atitudes, no comportamento. Não se pode considerar bem sucedido um tipo de educação que desencadeie um novo tipo de pensar, mas não de agir. Os resultados do processo educativo vão promover uma conscientização

da situação existencial envolvendo os aspectos científico, político, social, econômico, etc (WERNECK, 1982, p.103).

A essa visão de educação, relaciona-se a percepção de vestibular. Buscando uma coerência entre ambas, considerou-se esse instrumento como um exame capaz de selecionar indivíduos dispostos a investir em aperfeiçoamento pessoal progressivo e dotados de criatividade e de gosto pela investigação. Também fazem parte desse perfil a adoção de hábitos de estudo, o domínio do vocabulário com precisão e o raciocínio abstrato com símbolos verbais. Ao selecionar candidatos com tais potencialidades, o vestibular pretende presentear a universidade com alunos que, ao interagirem com a

* Mestre em Educação e professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ). E-mail: analucia_ctur@terra.com.br

Artigo recebido em: maio/2006. Aprovado em: abril/2007.

concepção filosófica e científica do ambiente acadêmico, certamente terão condições de construir um mundo mais solidário e justo, na medida em que o desenvolvimento tecnológico e científico, resultante em grande parte das pesquisas acadêmicas, poderá beneficiar toda a sociedade de maneira própria e adequada.

Vários trabalhos têm sido escritos sobre o vestibular. Em boa parte deles, o que se nota é a constatação de que muitos exames são organizados de modo a selecionar candidatos que melhor memorizem informações fragmentadas ou tipos padronizados de soluções, sem uma motivação real para o aprendizado da cultura humana.

Se o vestibular tem apresentado, de fato, características tão distintas das consideradas adequadas para esse tipo de exame, chega-se, então, à questão principal dessa pesquisa: será o vestibular um mecanismo de seleção adequado para o acesso ao ensino superior?

O vestibular, com todas as suas particularidades, possui uma inegável influência no comportamento da sociedade como um todo, seja dos candidatos que se preparam para os exames; seja dos professores que moldam suas aulas em função das características das provas, tornando-se reféns desse processo; seja ainda do Governo que, pressionado pelo aumento na demanda de concluintes do ensino médio, vê o acesso ao ensino superior como um problema prioritário.

A valorização do ensino superior, uma das causas do aumento do número de candidatos ao vestibular, se relaciona à visão ideológica de que o indivíduo que possui curso superior é privilegiado. Contudo, sabe-se que não há vagas nas universidades para todos os concluintes do ensino médio. Faz-se necessária, portanto, a adoção de mecanismos de seleção que venham viabilizar o acesso à universidade.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ), antiga Universidade Rural do Brasil, escolhendo-se o curso de Agronomia, cujas origens, segundo a **Revista Rumos** (UFRuralRJ/1997), estão ligadas às da própria Universidade, criada pelo Decreto nº 8.319, de 20/10/1910. A delimitação temporal estabeleceu a década de 1960, pelo fato de, nessa época, a Universidade ter mudado o vínculo administrativo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação.

A primeira etapa do trabalho teve por objetivo uma coleta de dados pré-existentes, mediante pesquisa bibliográfica envolvendo livros e artigos científicos cujo tema fosse o vestibular, especialmente na década de 1960. Em seguida, realizou-se pesquisa documental sobre o funcionamento da Universidade Rural do Brasil, na década de 1960, mediante leitura das atas das reuniões do Conselho Universitário. Essa pesquisa privilegiou

informações não só sobre o vestibular, como também sobre o corpo docente, a infraestrutura das instalações, a relação da Universidade com os dois Ministérios que a sustentavam (Agricultura e Educação) e, por fim, sobre os efeitos do golpe militar no perfil acadêmico da instituição. Para a etapa seguinte, organizaram-se entrevistas realizadas junto ao pessoal diplomado no período delimitado. O material coletado complementou os dados obtidos mediante as pesquisas bibliográfica e documental.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A pesquisa buscou embasamento teórico em conceitos sobre a universidade elaborados pelos autores Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro Mendes. Suas concepções sobre a universidade estão diretamente relacionadas ao conceito de cultura, definida por Trigueiro Mendes (1988, p. 22) “como conjunto de valores conaturais com a vida comum e alicerce das comunidades solidárias e democráticas”. A cultura de um povo não pode marginalizar ou separar grupos, muito menos ser concebida como luxo ou privilégio da elite. Como missão primordial, a universidade tem que sintetizar a cultura, conciliando seus opostos, para torná-la autêntica e vinculada à realidade desse povo. É papel importante da universidade evitar o culto idolátrico a formas consagradas de cultura e partir para a valorização das culturas regionais. O maior ganho, em todo esse processo, é a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Conceber o que é universidade esbarra nos limites entre o que a universidade é e o que ela deveria ser. Cria-se, então, um dualismo nas concepções que ambos os autores construíram sobre a universidade, visto que eles traçam o perfil ideal dessa entidade, partindo dos problemas reais que ela apresenta. Na elaboração desse perfil, foram levadas em consideração as funções da universidade, sua seletividade e as relações entre professor e aluno.

Anísio Teixeira aponta quatro funções principais da universidade. A primeira delas, certamente a que predomina na visão que a sociedade tem da universidade, é a formação profissional, ou seja, a universidade prepara profissionais para carreiras de base intelectual, científica e técnica. Essa função da universidade é a que a torna mais atraente aos olhos da sociedade, uma vez que, ao se formar profissionalmente, o indivíduo adquire *status* social e econômico: “Não se esqueça que a nossa sociedade substituiu a aristocracia de títulos hierárquicos pela de títulos de ilustração, pela aristocracia do ‘doutor’” (TEIXEIRA, 1999, p. 70).

Trigueiro Mendes (1968a, p. 28) ressalta a necessidade de a formação profissional dos universitários se manter diretamente vinculada a melhorias no campo social:

Estamos assistindo ao alargamento crescente de uma faixa de privilegiados de classes liberais, a quem se concedem todas as oportunidades, sob a alegação de que vão servir ao país, quando, na maioria dos casos, estão em busca de um *status* profissional e econômico, só indireta e escassamente vinculado às necessidades sociais.

O alargamento da mente humana é apontado por Anísio Teixeira (1999, p. 286) como a segunda grande função da universidade: “É a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, o ampliar-se de sua imaginação, obtidos pela sua associação com o mais apaixonante da atividade humana: a busca do saber”. Para exercer essa função, a universidade deve oferecer, aos alunos, professores com tempo e disposição para motivá-los na busca, em conjunto, pelo saber. Cumpre ressaltar que bibliotecas bem equipadas também são fundamentais no desempenho dessa função.

A terceira função da universidade está ligada à pesquisa, que representa o desenvolver do saber humano, ou seja, essa instituição não só cultiva o saber e o transmite, como também descobre e aumenta o conhecimento humano. Trigueiro Mendes (1968b) cita o método da “conversão”, aquele em que se aprende criando, como sendo o propulsor da pesquisa. Ao investir em pesquisa, a universidade se torna responsável pelo desenvolvimento de tecnologias que vão assegurar maior conforto e bem estar, contribuindo para um maior desenvolvimento da sociedade.

Segundo Anísio Teixeira (1999), é na quarta função, transmissão de uma cultura comum, que a universidade brasileira mais falha. O fato de ter sido o Brasil um país colonizado sob influência de culturas muito distintas tornou complexo o seu processo de síntese cultural e reforçou a valorização de um tipo de cultura (a da elite), em detrimento de outras formas de cultura mais regionais ou periféricas. Ao refletir essa sobreposição hegemônica de culturas, a universidade se consolida como uma instituição segregadora quando, na realidade, deveria ser unificadora.

O problema da seletividade é mais amplo e profundo do que se vislumbra, à primeira vista, pois as reprovações maciças dos candidatos nos exames de acesso às universidades denunciam uma falência de todo o sistema educacional fundamental e médio do Brasil. A massa de educandos, mesmo sendo previamente selecionada nas bases e aprovada no exame vestibular, ainda chega às universidades bastante heterogênea. Isso se justifica porque a seletividade do exame vestibular não é uniforme, ou seja, dependendo do curso ou da universidade, as provas são mais ou menos competitivas. A expansão do ensino superior, intensificada particularmente a partir da década de 1960, representa uma tentativa do governo

em amenizar a alta seletividade existente no acesso à universidade. Entretanto, essa expansão se dá apenas no plano quantitativo, e não no qualitativo. Não resolve, portanto, o problema da democratização do acesso ao ensino superior.

A seletividade não se esgota com a aprovação do candidato no exame vestibular. Ela se mantém durante a vida universitária, por excluir os alunos sem “intimidade” com a cultura acadêmica, geralmente os de origem social mais modesta. Trigueiro Mendes (1968a) vê “pontos de estrangulamento” até mesmo na saída dos diplomados da universidade, quando a conquista de um emprego muitas vezes se torna difícil. Atualmente, a sociedade tem voltado seus mecanismos de seletividade para o ensino de pós-graduação, não valorizando mais o profissional que possui só a graduação.

No que se refere às relações entre professor e aluno na universidade, Teixeira (1999, p. 284) vê na figura do primeiro o segredo da eficiência das escolas superiores: “O problema dos problemas da universidade brasileira é da competência do professor e o da sua paixão pelo saber, hoje, em permanente progresso”.

Segundo Trigueiro Mendes (1968b), o diálogo entre professor e aluno constitui o fundamento da universidade. Tanto o professor quanto o aluno possuem um *logos* próprio. O do aluno, apesar de menos rico que o do professor, é válido, pois há uma captação mútua de *logos* entre professor e aluno. Não é só o aluno que enriquece seu *logos* a partir do conhecimento ensinado por seu professor. Este, ao interagir com o *logos* do aluno, realimenta seu próprio *logos*.

O tempo torna-se o grande aliado na relação entre professor e aluno. Para o professor, é fundamental a dedicação à universidade em tempo integral. Para o aluno, é indispensável o tempo para o que Trigueiro Mendes (1968b, p. 229) chama de solidão da conversão:

Quem recebe uma verdade, precisa ficar só com ela e revesti-la de seu próprio ser: ao voltar para a comunicação com o nosso parceiro, ela vem embebida do que elaborou a nossa intimidade solitária.

Além da falta de tempo para dedicação integral de professores e alunos, Teixeira (1998, p. 151) descreve outros problemas no cotidiano de professores e alunos na universidade. A falta de espaço para os estudos acadêmicos é um deles, mas há outros:

Não é possível o professor cheio de honras, mas de tempo parcial; não é possível o estudante selecionado, mas ocupado com seu trabalho, dando tempo parcial à escola; não é possível o tempo escasso e obtido a custo em horas fugazes à tarde e à noite; não é possível a falta de espaço para o professor, para o aluno, para a biblioteca, para o equipamento, reduzido afinal a simples espaço destinado a preleções orais; não é

possível o curso enciclopédico para aprender de tudo um pouco e nada em profundidade [...] não é possível quase nada do que é corrente, usual e normal na universidade brasileira.

A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE RURAL ATÉ 1969

Otranto (2003) apresenta um apanhado histórico desta Universidade, desde a sua criação, em 1910. Desta época até o ano de 1947, a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) instalou-se em diferentes locais. Os fatos que motivaram tantas mudanças se encontraram diretamente relacionados a políticas governamentais que ora a valorizavam mais, ora a tratavam com menor interesse. Apesar disso, em todos esses momentos, foi mantido pela instituição um incentivo constante à pesquisa e à qualificação de seu corpo docente, conforme se verificou, por exemplo, na prática adotada, desde a sua criação, de procurar contratar professores concursados, buscando garantir qualidade a seus quadros. Além do mais, a valorização da pesquisa era ressaltada pela permanente publicação de trabalhos.

Ainda em 1938, iniciaram-se as obras para a construção do campus no km 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo, em Seropédica, onde a instituição se instalaria, definitivamente, em 1947. A partir da inauguração do novo *campus*, a vocação institucional da universidade se intensificou, não mais apenas pela capacidade de seu corpo docente e pelo incentivo à pesquisa, como também pelo regime de internato que seus alunos passaram a vivenciar, em função da amplitude das instalações da Universidade que, por ser distante da área urbana e por receber alunos de diferentes estados e países, oferecia alojamentos. O regime de internato favorecia uma dedicação maior por parte dos alunos e, conseqüentemente, uma convivência mais intensa com os professores que, por sua vez, a partir do final da década de 1950, foram incentivados ao regime de trabalho em tempo integral, por meio de uma política de valorização do trabalho docente proposta pela Universidade e por outras escolas de Agronomia e Veterinária de todo o Brasil.

A década de 1960 marcou transformações importantes na estrutura da Universidade Rural. Uma delas referiu-se à sua nomenclatura, tendo em vista que a instituição passou por várias denominações: Universidade Rural (até 31 de julho de 1960), Universidade Rural do Rio de Janeiro (de 1/8/1960 a 10/10/1962), Universidade Rural do Brasil (de 11/10/1962 a 18/05/1967) e, finalmente, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (de 19/05/1967 até os dias atuais).

A questão da vinculação administrativa ao Ministério da Agricultura e pedagógica ao Ministério da Educação

gerou alguns impasses. O lado positivo dessa duplicidade foi que, em função disso, a instituição recebia recursos de ambas as fontes. A facilidade de obtenção de recursos possibilitou bons investimentos na sua estrutura administrativa e pedagógica.

Em 1967, através do Decreto nº 60.731, a Universidade Rural do Brasil vinculou-se, definitivamente, ao Ministério da Educação. O desdobramento mais significativo dessa nova vinculação foi a diminuição considerável dos recursos, na ordem de 50%. Para contornar o problema, o Conselho Universitário aprovou a redução à metade do número de vagas para o vestibular de 1968. Tal medida foi repudiada com veemência pelos estudantes.

A escassez de verbas, apesar de não ter repercutido de forma drástica na diminuição do número de vagas na Universidade, afetou sensivelmente a oferta de vagas nos alojamentos. Em 1968, sem recursos para construir novos quartos e com a ampliação do número de cursos (Licenciatura em Química e em História Natural), a Universidade não pôde mais assegurar alojamentos para todos os alunos aprovados no vestibular. Passou, então, a conceder as vagas para internato mediante critério seletivo de classificação nesse exame.

O vestibular da Universidade Rural, na década de 1960, indicava a preferência da maioria voltada para as escolas de Agronomia e Veterinária, cujas vagas eram rapidamente ocupadas. Isso acarretava dificuldades para as demais Escolas. O problema culminou no ano de 1968, quando as duas Escolas menos procuradas, Escola de Educação Técnica e Escola de Educação Familiar, receberam, respectivamente, sete e três alunos novos.

O interesse dos candidatos do meio rural para estudar na Universidade certamente foi um dos fatores que influenciou o teor da Lei nº 5.465/1968 (Carvalho, 1973, p.91-92), popularmente conhecida por *Lei do Boi*. Essa lei reservava 50% das vagas das escolas superiores de Agronomia e Veterinária, mantidas pela União, a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem na zona rural e 30% aos que residissem em locais sem estabelecimentos de ensino médio. A UFRuralRJ incorporou os critérios dessa lei aos seus exames de seleção.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

Um importante fator que determinou os rumos metodológicos dessa pesquisa resultou de limitações evidenciadas na instituição no tocante à adoção de políticas de conservação de seus documentos. Infelizmente, não foi considerada a possibilidade de que a leitura e análise dos documentos, em épocas futuras, poderiam vir a propiciar informações que contribuíssem para resgatar o perfil da instituição, aproximando-o ao máximo da realidade dos fatos ocorridos.

Isso foi particularmente observado em relação aos exames vestibulares da UFRuralRJ. A Comissão do vestibular dessa instituição não possui registros dos seus exames da década de 1960, ou seja, não há editais, fichas de inscrição, levantamentos socioculturais dos candidatos, relações candidato/vaga ou qualquer outra informação mais concreta sobre o modo como tais exames ocorreram naquela época.

Ainda assim, a leitura da tese de doutorado da professora Célia Regina Otranto (2003), baseada, entre outras fontes, na leitura das atas das reuniões do Conselho Universitário da UFRuralRJ, deu oportunidade a essa pesquisadora de fazer uso das mesmas fontes documentais para reconstruir o modelo oficial dos exames de habilitação da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil (URB), no período de 1961 a 1969.

A delimitação temporal do presente estudo (quase meio século atrás) não inviabilizou a possibilidade de se encontrar, na atualidade, sujeitos que vivenciaram o período analisado, recuperando e recriando informações por intermédio da sua memória e narrando as experiências vividas, por serem atores ainda vivos do período estudado.

A metodologia utilizada envolveu, portanto, pesquisa documental, realizada através da leitura das atas das reuniões do Conselho Universitário (CONSU), e entrevistas semi-estruturadas, aplicadas prioritariamente em alunos da Escola de Agronomia da Universidade Rural do Brasil (URB) no período delimitado.

A importância de um referencial teórico e metodológico que proporcionasse parâmetros de compreensão do material coletado tornou necessária a adoção de questões de análise, criadas a partir dos autores Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro Mendes. A delimitação do objeto de estudo e das questões da pesquisa orientou a elaboração das perguntas das entrevistas e a seleção das informações recolhidas na leitura das atas. Cumpre lembrar que, na delimitação das questões, tornou-se relevante não só traçar o perfil do vestibular para a Escola Nacional de Agronomia (ENA), mas também o da Universidade Rural do Brasil (URB). Há que se destacar que a análise da adequação do vestibular encontra-se intimamente ligada à análise da Universidade (*O vestibular é adequado para quê?*). Desse modo, considerou-se fundamental privilegiar essas informações.

As fontes textuais primárias do trabalho foram as atas das 92 reuniões do Conselho Universitário da URB, no período de 27 de abril de 1961 a 11 de dezembro de 1969. Os encontros eram gravados em fitas magnéticas e suas discussões e decisões eram detalhadamente transcritas por uma secretária em um livro de atas.

Tendo em vista a satisfatória empregabilidade dos alunos da ENA na década de 1960, não se encontrou,

para conceder entrevista, alunos que não tenham seguido a carreira de engenheiro agrônomo. O fato de, naquela época, a ENA receber estudantes de diversos estados brasileiros e até de outros países da América Latina, tornou o grupo de alunos muito heterogêneo. No que tange às trajetórias profissionais, entretanto, a amostra de entrevistados selecionados se apresentou relativamente homogênea. Foi realizado um total de dez entrevistas.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Quanto ao tipo de provas, constatou-se que elas eram escritas e orais, no período compreendido entre 1951 e 1962. Os conteúdos examinados nas provas orais e escritas correspondiam a: Química, Física, Biologia e Matemática. E somente se submetiam à prova oral os candidatos que obtivessem uma nota mínima na prova escrita, portanto o exame possuía características eliminatórias/classificatórias.

A partir de 1962/63, além das provas orais, excluiu-se do programa a prova de Física, passando a fazer parte do vestibular da Escola Nacional de Agronomia (ENA) as provas discursivas de Química, Matemática e Biologia. Em 1967/68, o vestibular para a ENA contava com provas de Língua Portuguesa (inclusive de Redação) e, novamente, de Física, além das provas já comuns nos anos anteriores (Química, Matemática e Biologia). O caráter eliminatório/classificatório permanecia, pois os relatos citaram as provas de Química e Português como sendo as primeiras a serem realizadas. Das demais, somente participavam os candidatos que tivessem obtido nota mínima quatro nas duas primeiras.

Na reunião do CONSU, de 11/2/1969, foi alterado o critério eliminatório/classificatório das provas do exame vestibular, transformando-as todas em classificatórias. Nesse mesmo ano, na reunião de seis de agosto, um professor teceu comentários sobre as dificuldades cognitivas dos alunos aprovados mediante o novo critério e previu reprovações em massa. O critério eliminatório/classificatório retornou às provas do vestibular de 1970, após decisão de reunião em 17/9/1969.

Na reunião de 6/8/1969, também se discutiu a implantação do vestibular com provas únicas para todas as carreiras, a partir de 1971, e em consonância com as inovações propostas pela Reforma Universitária (Lei 5.540 de 28/11/1968).

As informações relativas à aplicação das provas foram mais frequentes nos registros das atas das reuniões do CONSU. Com o objetivo de atingir candidatos de várias regiões do Brasil, já que oferecia alojamentos, a URB mantinha postos externos, em outros estados, para aplicação das provas.

Registros das reuniões do CONSU, que abordaram a questão das vagas de uma forma mais precisa, confirmaram as informações constantes nas entrevistas. Discutiu-se, na reunião de 10/5/1963, a vinda dos excedentes da Escola de Agronomia de Piracicaba (SP), ocasião em que foi informado que o número de vagas da ENA, outrora fixado em 50, quase quadruplicaria com essa absorção. A reunião de 30/10/1967 aprovou, por sua vez, a redução das vagas para 1968, alegando carência de recursos. Na reunião seguinte (14/11/1967), registrou-se que os alunos se encontravam em greve por causa dessa decisão.

Levando em conta as informações das atas de reuniões do CONSU, pode-se traçar um quadro de vagas dos vestibulares para a ENA, na década de 1960, da seguinte forma: 1960 a 1962 (50 vagas), 1963 (quase 200 vagas), 1964 (400 vagas, divididas pelas Escolas de Agronomia e Veterinária, segundo reunião extraordinária de 16/12/1963), 1967 (120 vagas, reunião de 13/1/1967), 1968 (60 vagas, reunião de 2/2/1968) e 1969 (150 vagas, 105 para internos e 45 para externos, reunião de 16/8/1968). Quanto às vagas oferecidas nos anos de 1965 e 1966, delas não se têm registros, devido à ausência de atas das reuniões do CONSU nos anos de 1964 e 1965.

Em algumas atas de reuniões do CONSU, observaram-se discussões sobre a dificuldade de preenchimento das vagas oferecidas, resultando na realização de uma ou até duas outras provas para poder preenchê-las, o que nem sempre se concretizou. O preparo dos entrevistados para o vestibular da ENA demonstrou essa alta seletividade: apenas dois alegaram terem estudado sozinhos, sem nenhum preparo adicional a não ser o do curso científico (nível médio). Já quatro deles informaram terem realizado o exame mais de uma vez, pois foram reprovados nas primeiras tentativas.

A seletividade na permanência dos alunos na ENA/URB não foi significativa, uma vez que, de acordo com boa parte das entrevistas, quase todos se formavam, apesar de o nível de exigência no curso ser alto e haver casos de repetência e dependência em algumas disciplinas.

O levantamento do perfil dos alunos da ENA, na década de 1960, foi possível não só por meio das entrevistas e das atas das reuniões do CONSU, como também da pesquisa de Guarda (1966). Ao reunir essas informações, chegou-se às seguintes conclusões:

Os alunos eram predominantemente do sexo masculino; de um total de 523 alunos matriculados na ENA em 1966, apenas 11 eram do sexo feminino. Eram oriundos de diversas regiões do país e, também, da América Latina. O fato de o vestibular ser descentralizado, aliado à oferta de alojamentos, favorecia a aprovação de candidatos de várias regiões. A presença desses alunos foi detectada, entre os entrevistados, de forma marcante. Os alunos estrangeiros, que ingressavam na ENA sem

vestibular, devido a convênios celebrados com seus países, foram citados nas entrevistas e em algumas atas do CONSU.

Os alunos, em sua maioria, eram financeiramente classificados como remediados. Essa conclusão adveio basicamente da pesquisa de Guarda (1966). Contudo, se fosse levado em conta apenas o universo dos entrevistados, as famílias dos alunos poderiam ser classificadas como carentes de recursos, uma vez que todos eles citaram, uns mais outros menos, dificuldades financeiras para se manter na Universidade. Nesse aspecto, destacou-se uma entrevista na qual se percebeu que o entrevistado dificilmente conseguiria se manter na URB se não fossem os auxílios a ele destinados, como bolsa-alimentação, bolsa-empréstimo e bolsa do CNPq.

A faixa etária predominante dos alunos da ENA variava entre 20 e 25 anos. Essa informação pode ser comprovada na pesquisa de Guarda (1966) e em sete entrevistas realizadas. Quanto ao regime de aulas na ENA, essa mesma pesquisa registrou como sendo seriado, característica lembrada com um certo saudosismo em algumas das entrevistas.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros, conforme já citado anteriormente, a década de 1960 classificou-se como um período de transição administrativa e financeira. As atas de reuniões do CONSU revelaram situações que exemplificaram tanto períodos da fartura quanto de escassez, relativos, respectivamente, ao início e final desta década.

A avaliação da empregabilidade dos alunos da ENA resultou de informações presentes nas entrevistas. Todos os entrevistados receberam mais de uma oferta de trabalho após a formatura, ou enquanto cursavam o último ano do curso. Tiveram ainda a oportunidade de escolher entre ingressar imediatamente no mercado de trabalho ou prosseguir os estudos, cursando pós-graduação.

As informações levantadas nessa pesquisa revelaram ser a ENA, na década de 1960, uma Escola visivelmente comprometida com o oferecimento de uma boa formação profissional aos seus alunos, como se observou, por exemplo, pelas excursões de estágio, realizadas pelas turmas do 4º ano, na companhia de alguns professores. Menções a essas atividades foram registradas nas atas e também nas entrevistas.

A qualificação e a titulação dos professores, bem como o incentivo ao regime de dedicação exclusiva foram analisados na pesquisa de Otranto (2003), ao traçar a trajetória da Universidade Rural, destacando a valorização da qualificação e do regime de trabalho integral dos professores desde períodos anteriores à década de 1960. Contudo, essa valorização apresentava alguns obstáculos para se concretizar. O principal deles era a distância do *campus* em relação à cidade do Rio de Janeiro, onde a

maioria dos professores residia. Ainda assim, o Estatuto da URB, aprovado pelo CONSU em junho de 1962, impôs que todos os docentes admitidos a partir daquela data deveriam residir na Cidade Universitária e dispor de tempo integral de dedicação.

Os registros sobre essa questão, presentes nas atas, vieram confirmar a postura da Universidade em manter essa valorização na década de 1960, como um recurso para garantir a boa formação profissional dos alunos e a sua classificação como uma instituição padrão do ensino agrônômico no Brasil. Nas atas de várias reuniões, foram submetidos à apreciação do CONSU pedidos de docentes para realizarem cursos de reciclagem, inclusive no exterior. As frequentes aprovações de tais pedidos revelaram o interesse e conseqüente incentivo da Universidade na qualificação de seus docentes. A valorização do regime integral do trabalho docente também constituiu um assunto comum em muitas reuniões do CONSU da década de 1960.

A presença da pesquisa na URB se apresentou, de forma bem nítida, nas entrevistas, por meio de relatos de alunos que, em momentos posteriores à formatura, cursaram mestrado, doutorado e, em alguns casos, até pós-doutorado. Três deles foram contemplados, durante a graduação, com bolsas do CNPq, partindo para cursos de Mestrado logo após a formatura. A importância da pesquisa também representava uma solução para as dificuldades financeiras que alguns alunos viviam durante o curso de Agronomia, pois utilizavam bolsa do CNPq como um dos recursos para se manterem na Universidade.

A existência, na Universidade, de bibliotecas, laboratórios, alojamentos, restaurantes e pavilhões de esportes encontrava-se diretamente relacionada à disponibilidade de recursos para investimento em sua infraestrutura. O resultado de tantos investimentos, durante a década de 1960, potencializou a Universidade para alojar todos os seus alunos; para alimentá-los em um restaurante servido por garçons; para incentivá-los à prática de esportes, inclusive os náuticos, mantidos em uma sede esportiva no litoral; e para dispor de um considerável número de funcionários. A infra-estrutura de pessoal junto aos alunos contava, por exemplo, com a limpeza dos alojamentos três vezes por dia, ou com o auxílio no trabalho da fazenda, que ajudava no abastecimento do restaurante universitário e que era mantida por professores e alunos.

Tendo sido o golpe militar de 1964 um marco histórico da década de 1960, observaram-se, com frequência, análises sobre o tema nas atas das reuniões do CONSU e nas entrevistas, onde a palavra *perseguição* foi a mais citada quando os entrevistados avaliaram os efeitos do golpe nos seus cotidianos. O adjetivo *terrível*

também foi utilizado com frequência na descrição das situações vivenciadas. O quartel de Paracambi, para onde os alunos acusados de “terroristas” eram encaminhados, foi mencionado em várias entrevistas. Todos relataram sentimentos de medo e pressão diante do que estava acontecendo. Nenhum deles foi diretamente perseguido ou preso, mas quase todos narraram experiências tensas pelas quais passaram.

Boa parte dos entrevistados julgou que as situações de tensão que se criavam, muitas resultantes da cassação de professores e até do próprio Reitor, professor Idérzio, prejudicaram o nível de ensino e o rendimento dos alunos. Contudo, viram como um prejuízo parcial que, avaliado em um contexto mais amplo, não comprometeu a qualidade do curso.

O levantamento e a análise das atas das reuniões do CONSU chamaram a atenção, ainda, para um fato importante: há uma lacuna de dois anos sem registros de reuniões, entre 6/4/1964 e 1/4/1966. A leitura da ata da reunião do dia 6/4/1964, seis dias após o golpe, refletiu o clima de tensão que dominou o CONSU pois, segundo informações obtidas na própria ata daquela sessão, a Universidade vinha recebendo, desde o dia primeiro de abril, visitas diárias de oficiais do Exército, solicitando as fitas magnéticas das reuniões do Conselho. O Reitor, visivelmente consternado nessa reunião, recebeu o apoio dos demais conselheiros, mas tal atitude não impediu a sua cassação algum tempo depois.

CONCLUSÕES

Segundo o embasamento teórico, os principais alicerces que compõem o perfil de uma universidade são: disponibilidade e qualificação docentes, incentivo à pesquisa, instalações adequadas e empregabilidade. No que tange à Universidade Rural do Brasil, na década de 1960, constatou-se que a instituição muito se aproximava do perfil considerado satisfatório pelos autores do referencial teórico, uma vez que estimulava, principalmente a partir de 1962, o tempo integral e a qualificação de seus professores; incentivava a pesquisa, geralmente mediante bolsas do CNPq; obtinha recursos financeiros de dois Ministérios para investir e manter instalações de qualidade para os seus alunos, que permaneciam alojados no *campus* e, por fim, inseria no mercado de trabalho profissionais que não tinham dificuldade em se empregar ou em prosseguir os estudos através de cursos de pós-graduação.

O contexto vivido pela instituição, na época, era muito favorável e permitia que a mesma se aproximasse do perfil ideal de universidade. A disponibilidade de recursos financeiros viabilizou medidas positivas para

a Universidade Rural do Brasil, no que se refere aos professores, às pesquisas, às instalações e aos alunos, em especial os mais carentes, que contavam com alguns tipos de bolsas-auxílio. A empregabilidade, por sua vez, foi favorecida por se tratar de uma época em que existiam poucas escolas de Agronomia no país e muita demanda no mercado de trabalho para absorver os profissionais formados por elas.

A Universidade Rural do Brasil estava tão próxima do padrão ideal de Universidade traçado pelos autores do referencial teórico, que nem o golpe militar de 1964 conseguiu embotar-lhe a qualidade, apesar de todos os transtornos provocados no seu cotidiano.

Até mesmo a função de transmitir uma cultura comum, que não fosse a da elite, apontada como a mais difícil para uma universidade, a Universidade Rural do Brasil apresentava condições mais favoráveis em desempenhar, principalmente por receber uma clientela culturalmente heterogênea, formada por alunos de diversas regiões do Brasil e de países da América Latina. A convivência desses alunos entre si e, também, com os professores e funcionários, pode ser considerada um exemplo aceitável de síntese cultural.

Quanto à adequação do vestibular para selecionar candidatas para a Escola Nacional de Agronomia, na década de 1960, uma tendência inicial para proceder a essa avaliação poderia conduzir para um perfil negativo, por ter sido um exame constituído por provas orais e questões discursivas, englobando conhecimentos específicos e não genéricos, considerado difícil por seus candidatos. Utilizando esse raciocínio, o vestibular estudado provavelmente seria inadequado.

Essa, entretanto, seria uma reflexão genérica, e questões científicas não podem ser respondidas de forma genérica e superficial. Para responder à questão formulada pelo estudo, foi imprescindível levar em consideração o contexto do período delimitado que, nesse caso, era compatível com os tipos de exames que se apresentavam na época. Cumpre lembrar que provas com conteúdos comuns para todos os candidatos, apresentando questões contextualizadas, geralmente de múltipla escolha, valorizando mais o raciocínio e menos a memorização, além das provas de redação, foram práticas adotadas só no final da década de 1960, logo não faziam parte do contexto da época delimitada pela pesquisa.

Os estudos realizados mostraram que, na avaliação da adequação de um vestibular, mais importante do que analisar as características das provas foi analisar como se deu a adaptação dos candidatos selecionados ao perfil da universidade onde se inseriram. Se essa adaptação foi boa, o vestibular pode ser considerado um mecanismo de seleção adequado. Entendeu-se como

uma boa adaptação, nesse caso, a dedicação integral dos alunos às atividades acadêmicas, o bom relacionamento com os professores, o trabalho em pesquisas que se estendeu por toda a vida profissional de alguns alunos, a inexistência de evasão e o senso crítico para reconhecer ser a universidade uma *mansão da liberdade* (TEIXEIRA, 1998) e, conseqüentemente, para lutar, dentro das possibilidades, contra situações adversas à conquista dessa liberdade como, por exemplo, a do golpe militar de 1964.

Também se constatou, nas análises, a adequação do vestibular em selecionar candidatas capazes de utilizar a universidade para melhorar social, cultural e financeiramente a si próprios e à comunidade que os cercava. Exemplifica essa adequação a leitura de algumas entrevistas, cujos depoimentos mostraram como a Escola Nacional de Agronomia tornava viável a permanência, na Universidade, de candidatas de difícil adaptação financeira no mundo acadêmico e como esses alunos se projetaram, de modo satisfatório, no mercado do trabalho e da ciência.

Transpondo os resultados dessa pesquisa para a atualidade, percebe-se que tanto o governo, como a sociedade em geral, estão se preocupando mais com o vestibular do que com o tipo de universidade que está sendo oferecido aos seus candidatos. Para uma universidade se aproximar do perfil ideal, é fundamental a existência de recursos financeiros. A Universidade Rural do Brasil, na década de 1960, foi um exemplo de que dinheiro traz qualidade. Para dispor de recursos financeiros, torna-se necessário um estado de mobilização permanente no qual o governo e a sociedade brasileiros encontram dificuldades de se engajar. Essa dificuldade de mobilização é típica da economia de um país periférico, que impossibilita investimentos em diversos setores da nação, dentre eles a educação.

Vencidos os obstáculos financeiros, a etapa seguinte seria investir recursos não só na universidade, mas em todos os níveis de ensino, oferecendo uma educação básica de qualidade a todos. A questão da qualidade, nesse aspecto, é fundamental. Atualmente, nossos governantes têm obtido um certo êxito em oferecer educação básica e superior a uma quantidade cada vez maior de pessoas. Todavia, para se atingir a visão de educação privilegiada por essa pesquisa (libertação do indivíduo como pessoa que, através da educação, transforma não só o seu pensar, mas sobretudo o seu agir), os recursos devem ser direcionados tanto quantitativa quanto qualitativamente. A educação transformadora só será atingida se houver investimento na capacitação dos professores, na existência de escolas bem equipadas e na oferta de uma infraestrutura básica aos educandos, que inclua saúde, alimentação, lazer e, logicamente, educação.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior** – Legislação e Jurisprudência. 4. ed. revista e atualizada. 1973. 841p.
- GUARDA, Luiz Alves da. **Da orientação educacional e profissional na Universidade Rural do Brasil** (Resultado de uma pesquisa). 1966. 59p. Tese (Doutorado – Concurso para Docência-livre de Psicologia) – Departamento de Ciências Pedagógicas da Universidade Rural do Brasil, Rio de Janeiro, 1966.
- OTRANTO, Célia Regina. **A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a construção de sua autonomia**. 2003. 201f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2003.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. 187p.
- _____. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. 467p.
- TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil. **Documenta**, Conselho Federal de Educação, n. 91, p. 26-66, set. 1968a.
- _____. A Universidade e sua utopia. **RBEP**, Rio de Janeiro: MEC/INEP, n. 112, p. 223-231, out./dez. 1968b.
- _____. **Concepções do Educador e da Universidade**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1988. 96p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Vestibular 98. **Revista Rumos**, UFRRJ, ed. 1997, 40p.
- WERNECK, Vera Rudge. **A ideologia na Educação**. Petrópolis: Vozes, 1982. 131p.